

SIMPÓSIO AT064

REFÚGIO E ALTERIDADE: QUESTÕES DE LÍNGUA E ENSINO

RIOLO, Vivian Pinto
(UFMG/Poslin)
vivianpriolo@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho procura fazer reflexões sobre o papel do professor de Língua Portuguesa no processo de acolhimento dos estrangeiros refugiados no Brasil, bem como na sua responsabilidade em atuar na sociedade como mediador no ensino contextualizado da língua, de modo que os estrangeiros tenham suas chances de recomeço facilitadas a partir da aquisição de uma língua que é o meio propiciador do (re)conhecimento da cultura e da construção de identidades dos indivíduos. A teoria tomada como suporte para tais reflexões tem base nos pressupostos bakhtinianos de alteridade e ato responsável no processo do ensino de português como língua estrangeira e de acolhimento e, portanto, o ensino de PLE como ação particularizada, participação responsiva, responsável e amorosa do professor de língua.

Palavras-chave: Refugiados; Ensino de língua; Ato responsável; Cultura; Alteridade.

Abstract: This paper seeks to reflect upon the role of Portuguese language teachers in the process of embracing foreign refugees in Brazil, as well as on their responsibility to act in society as mediators in the contextualized teaching of the language, so that foreigners have their chances of a fresh start facilitated by the acquisition of a language that is a conductive medium towards the (re)acknowledgement of the culture and of the structuring of individual identities. The theory yielded as support for such reflections has its basis on the Bakhtinian postulations of otherness and of responsible act in the process of teaching Portuguese as a foreign language and its reception and, therefore, the teaching of PFL as a particularized action – that is, a responsive, responsible and loving participation of the language teacher.

Keywords: Refugees; Language teaching; Responsible act; Culture; Otherness.

Introdução

A questão do refúgio e os desafios para acolhida dos imigrantes têm fomentado discussões importantes em muitos espaços sociais. Porém no

âmbito educacional, há um movimento ainda muito tímido que trabalha na direção de buscar subsídios para conceder àqueles que estão em situação de refúgio o elemento primordial para sua constituição como sujeito ativo em sociedade: a língua.

O meio acadêmico, sendo um lugar de referência onde essas discussões poderiam e deveriam ser feitas, ainda não se apresenta engajado de forma profícua nessa questão. Algumas universidades já apresentam trabalhos e pesquisas buscando promover discussões em torno do tema, mas ainda há muito a ser feito.

Tomamos com o referência para esta discussão trabalhos¹ que já têm sido realizados no sentido de demarcar na Linguística Aplicada o ensino de PLAc – Português como Língua de Acolhimento derivado das pesquisas sobre PLE – Português como Língua Estrangeira e PLA – Português como Língua Adicional (BIZON, A. C. C.; DINIZ, L. R. A, 2018). A reflexão que fazemos tem, ainda, como alicerce algumas considerações feitas por Bakhtin (2010) sobre a participação responsiva e responsável de sujeitos ante às demandas sociais em uma relação de não indiferença pelo outro.

Para tanto, consideramos uma arquitetura da alteridade que constitui a identidade, proposta pelo filósofo ao considerar que as respostas-ato de um sujeito devem caminhar sempre em favor do outro, reconhecendo nesse processo a tríade *eu-para-mim*, *o-outro-para-mim*, e *eu-para-o-outro*. Diante disso, tem-se que a identidade de um sujeito não se baseia em uma relação de diferença-indiferença, mas de forma ativa e não indiferente (BAKHTIN, 2010).

É nesse pensamento que lançamos nossas reflexões para professores engajados em pesquisa de Português como Língua Estrangeira (PLE), sobretudo àqueles que tem já se debruçado ou aos que simpatizam com o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), fomentando a discussão por um viés filosófico em que se vislumbra, em um repertório

1 Para o aprofundamento de tais questões, há trabalhos profícuos sendo desenvolvidos por professores e grupos de pesquisa, dentre os quais destacamos neste texto professores da UNICAMP e da UFMG (BIZON, A. C. C.; DINIZ, L. R. A, 2018) bem como da USP (AMADO, 2011, 2013).

conceitual bakhtiniano, uma ação-fazer prático diante da demanda que se instaura entre grupos deslocados de maneira forçada. (BAKHTIN, 2010)

1. O conhecimento da língua como uma porta aberta à chegada dos refugiados

A situação dos refugiados no Brasil tem tomado cada vez mais espaço nas mídias sociais. Discursos diversos têm sido apresentados à sociedade que, no tocante, é convocada a responder ativamente a essa demanda. A relação com os refugiados, contudo, torna-se algo complexo por inúmeros motivos, mas o domínio da língua local tem sido um grande entrave nas relações sociais com as quais esses sujeitos discursivos precisam estabelecer. Assim, compete ao profissional capacitado ao ensino de língua apresentar respostas de modo a minimizar as falhas da comunicação desses estrangeiros que buscam condições para se inserirem na cultura local.

O conhecimento apenas do código linguístico para a participação ativa na sociedade não é suficiente nem mesmo ao falante nativo que precisa (re)conhecer as produções discursivas nas diferentes esferas com as quais está envolvido, quem dirá ao estrangeiro que precisa aprender a língua e os costumes de uma comunidade para se efetivar como sujeito falante e atuante nos segmentos sociais.

Mas diferente do estrangeiro que busca viver novas oportunidades ao sair de sua terra natal e que encontra nos novos desafios oportunidades para crescer, o refugiado, ao sair de seu país, deixa para trás sua história, a convivência com sua cultura e, muitas vezes, a própria família para sobreviver. E, sem dúvida, esses fatores não podem ser renegados no contato com a cultura com que vai dialogar.

Olhar para o outro como primado bakhtiniano requer muito além de nos colocarmos na direção do olhar outro, de seus objetivos a serem conquistados, mas sim nos colocarmos *no lugar do outro*. Trata-se de coisas diferentes na medida em que procuramos ver como o outro percebe as coisas; mas,

sobretudo, que procuremos compreender os sentimentos desse outro enquanto o nosso eu se ausenta dos valores próprios, sem deles abrir mão, apenas para que se tente entender as diferentes perspectivas e comportamentos existentes ao nosso redor.

É essa alteridade que constitui o sujeito enquanto ser que olha as necessidades alheias em qualquer esfera da vida e ao respeitar essa diferença, o sujeito constitui a si mesmo e a outros. Tal respeito representa um ato responsivo, responsável e amoroso, e como cidadãos e profissionais, nós, professores de língua, podemos ir além, propondo ações mais efetivas para a questão social dos refugiados em território local.

Nesse sentido, proporcionar-lhes refúgio é uma questão humanitária e dar-lhes condições de participarem das relações sociais a que estarão condicionados é uma questão prática e objetiva. Conforme a teoria bakhtiniana, essa ação-fazer enquanto resposta à demanda no ensino de português como língua de acolhimento (PLAc) dá ao refugiado, ao se apropriar da língua portuguesa, condições de igualmente agir sobre o “outro” (BAKHTIN, 2010).

Vale notar que não se trata apenas de uma questão de língua, mas de contato de culturas e formação de identidades. Nesse sentido, a ação se dá na participação ativa dessa demanda, em que o eu participa em sua singularidade na constituição do outro e o professor de língua portuguesa, em sua singularidade, com seus conhecimentos pode contribuir de forma mais efetiva na capacitação desse falante e sujeito discursivo.

2. Parceiros *versus* professores: não há álibis para a nossa função

O percurso da história e a sociedade atual nos exigem respostas; ou melhor, diálogo que produza mudança e nos faça atuantes de maneira responsiva e responsável diante dessa demanda dos refugiados. E nos dizeres de Bakhtin, “tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca.” (BAKHTIN, 2012 [1920-24], p. 96).

Parceiros de entidades religiosas e organizações não governamentais brasileiras situadas no Brasil têm procurado auxiliar nessa questão do ensino

da língua de forma paliativa. São falantes da língua que com boa vontade, mas sem a formação adequada, têm assumido seu papel de ajudar nesse processo de ensino e aquisição do português como língua de acolhimento (PLAc).

Destacamos, contudo, que ainda não há uma política educacional efetiva e materiais de apoio razoáveis que garantam esse ensino em uma perspectiva intercultural e particularizada às demandas dos refugiados que, por exemplo, precisam de informações iniciais básicas de locomoção para resolver questões de documentação, visitas aos hospitais, entre outras negociações de subsistência (AMADO, 2013).

Enquanto cidadãos, talvez não nos seja possível fazer muito para mudar a realidade desses sujeitos na relação com a sua terra natal, mas enquanto professores, em um ato responsável e amoroso, é possível estabelecer ações de parcerias nas comunidades acadêmicas para a produção de materiais de apoio ao aprendizado, bem como abrir as portas da academia para que um trabalho mais efetivo seja feito no fomento de pesquisas linguísticas e interculturais, tornando esse tempo de convivência e aprendizado com os estrangeiros um momento de olhar para o outro sem o engano de que apenas nós estamos contribuindo. Nesse intercâmbio cultural, mesmo que forçado, todos os lados têm muito a aprender.

Conforme Amado (2011, p. 7), vale ressaltar, contudo, que:

O ensino do português, como de qualquer outra língua segunda ou estrangeira, deverá considerar as culturas do povo que o tem como língua materna. Assim também como necessitará promover e divulgar, junto aos brasileiros, as culturas desses povos imigrantes.

Com essa ação, é possível promover o diálogo entre as diferentes culturas e a construção de novas identidades com base no ensino de línguas e no reconhecimento de suas particularidades. Mas, sobretudo, que seja um processo que se ensine língua, e que se faça enxergar a realidade cultural dos povos de contato em um ensino intercultural, já que por meio das diferenças e do diálogo que se dá o entendimento e a tolerância entre os povos (AMADO, 2011).

3. O ensino de PLE e o (re)conhecimento linguístico e cultural do outro

“Eu não sou refugiado. Eu estou refugiado” é um fragmento da fala de um estrangeiro em refúgio no Brasil expressa em um enunciado produzido pelo projeto *Refugees in Brazil* (Refugiados no Brasil), em São Paulo, que visou à propagação da situação dos refugiados e ao esclarecimento do que é vital nesse processo de integração em um videoclipe escolhido pelo ACNU - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados em uma ação de divulgação.

Aos puristas da língua, aquele que diz “Eu não sou refugiado. Eu estou refugiado” traz em sua essência um conhecimento profundo do código e isso agrega uma valoração, pois o uso adequado dos verbos *ser* e *estar* tem impregnado um juízo de valor positivo desse falante. Mas para que tal sujeito alcance esse conhecimento há que se estabelecer uma intimidade com a língua portuguesa. E não apenas com a gramática da língua, mas com os usos contextualizados.

O discurso que se vale da linguagem de forma ampla tem na palavra um espaço aberto para as lutas ideológicas e a significação é resultante de dados empregos contextualizados da língua. O falante e o aprendiz de um idioma devem conhecer que há uma significação semântica das palavras de dada língua, mas, sobretudo, a significação dialógica que se estabelece somente nas relações sociais.

Assim, a dominação à qual um refugiado já estava subjugado em seu país de origem não deve ser reproduzida em um país que é reconhecido por ser acolhedor e amoroso como o Brasil. Então, como cidadãos e professores de língua, devemos perceber a necessidade de buscar formas de intervenção nessa questão, ao considerarmos não apenas a apresentação da nossa língua, mas garantindo a inserção desse grupo em uma cultura com valores muitas vezes distintos dos nossos, sem desrespeitá-los, sobretudo, cultivando uma relação de troca e alteridade.

Bakhtin (2012 [1920-24], p. 98 - 99) nos ensina que:

O simples fato de que eu, a partir do meu lugar único no existir, veja, conheça um outro, pense nele, não o esqueça, o fato de que para mim também ele existe – tudo isso é alguma coisa que somente eu, único, em todo o existir, em um dado momento posso fazer por ele: um ato do vivido real em mim que completa a sua existência absolutamente profícuo e novo, e que encontra em mim somente a sua possibilidade. Este ato produtivo único é precisamente aquele no qual se constitui o momento do dever. (...) O ato responsável é, precisamente, o ato baseado no reconhecimento desta obrigatoriedade singularidade.

Na fala que intitula esta seção, há uma questão linguística, mas há um discurso carregado de ideologia e que o refugiado parece conhecer bem. Suas limitações com a língua, contudo, perceptíveis claramente no vídeo em questão, não podem ser empecilho na comunicação ordinária desse sujeito.

Ao buscar novos horizontes no refúgio em um dado país, o estrangeiro já encontra a dificuldade na sua inserção nos segmentos da sociedade dado ao preconceito diante de sua condição social, étnica ou religiosa que se soma à falta da fluência na língua local. Nesse sentido, o reconhecimento desse sujeito como detentor de saber linguístico e sua condição de refugiado são desafios para os pesquisadores em PLAc e para os professores que atuam nessa demanda.

Considerações finais

O ensino contextualizado e intercultural do português como língua estrangeira (PLE) não deve ser tomando como uma prática exclusiva do ensino para refugiados, mas de forma ampla a qualquer grupo. Pelo viés bakhtiniano, na ideia de que o outro deve direcionar as nossas produções linguísticas, não apenas o fomento de nossa cultura e a interrelação com as culturas de outros países devem ser tomados como ponto de partida para a produção de materiais didáticos voltados para o ensino de PLAc. É fundamental olhar para a necessidade do outro como *locus* inicial dessas produções.

Assim, saber quem é esse aluno que ganha o *status* de refugiado e quais são as suas necessidades ao adentrar no Brasil, bem como suas urgências de aprendizado e o ponto de tensão que há no contato das culturas

envolvidas é que deve motivar a nossa produção acadêmica e didática. Nesse sentido, parece-nos que há muito trabalho para se fazer!

Referências

AMADO, R. **Português como Segunda Língua para Comunidades de Trabalhadores Transplantados**. Revista SIPLE - Sociedade internacional de Português Língua Estrangeira. Ano 2, nº1. ISSN 23166894. Brasília, 2011.

_____. **O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados**. Revista SIPLE - Sociedade internacional de Português Língua Estrangeira. Ano 4, nº2. ISSN 23166894. Brasília, 2013.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

BIZON, A. C. C.; DINIZ, L. R. A. (orgs). **Português como língua adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens**. Revista X, v. 13, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/issue/view/2624>. Acesso em: 15 maio 2019.

REFUGIADOS. **Hino dos refugiados**. Refugees in Brazil: 2015. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=kzTg1jEJW6U>. Acesso em: 07 setembro de 2015.